

BMW LEASING DO BRASIL S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ nº 60.872.983/0001-88



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.S.as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					
(Em milhares de reais)					
	2014	2013	2014	2013	
ATIVO					
CIRCULANTE	38.995	32.545	15.104	37.392	
Disponibilidades	188	134	300	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.776	30.601	14.804	37.392	
Operações de arrendamento mercantil	(145)	(301)	-	-	
Arrendamentos a receber - Setor privado	653	2.453	297	592	
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(940)	(2.424)	3.281	5.552	
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(158)	(330)	11.019	30.141	
Outros créditos	3.167	2.072	9.525	18.969	
Diversos	3.167	2.072	9.525	18.969	
Outros valores e bens	9	39	312	290	
Despesas antecipadas	9	39	872	3.244	
DEBALIZAVEL A LONGO PRAZO	11.353	13.909	7.907	14.822	
Operações de arrendamento mercantil	(114)	(162)	434	613	
Arrendamentos a receber - Setor privado	675	1.192	10	15	
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(675)	(1.192)	10	15	
(-) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(114)	(162)	50.577	48.116	
Outros créditos	11.465	14.063	35.682	35.682	
Devedores por depósitos em garantia	11.465	14.063	14.895	12.434	
Diversos	2	8	1.118	967	
Outros valores e bens	2	8	13.777	11.447	
Despesas antecipadas	2	8	-	-	
PERMANENTE	24.868	58.038	24.868	58.038	
Imobilizado de arrendamento	19.347	52.593	19.347	52.593	
Bens arrendados	10,349	(29,737)	-	-	
(-) Depreciações acumuladas	16,610	35,182	-	-	
Superveniência de depreciação	75,216	104,492	-	-	
TOTAL DO ATIVO	75.216	104.492	75.216	104.492	
TOTAL DO PASSIVO	75.216	104.492	75.216	104.492	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é uma Sociedade de Capital Aberto do Grupo BMW, decorrente da aquisição da CM Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A. A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17 de março de 1999. A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2013, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN: a) CPC 01 - Restrição ao uso recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.971/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) CPC Pronunciamento Contábil Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 09 de março de 2015.

3. Principais práticas contábeis: a) **Auração dos resultados:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. c) **Operações de arrendamento:** As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contrato conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil - BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. d) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidas das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. e) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. f) **Imobilizado de arrendamento:** Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº 140/84, quando aplicável. O seguro do imóvel, o imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fisicamente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. g) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas. h) **Resultado de exercícios futuros:** Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação de pagamento, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre, e a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada exercício. Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (vide nota explicativa nº 11). Os ativos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15%, para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. O passivo diferido foi constituído à alíquota de 25%, para imposto de renda, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil. j) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de arrendamento mercantil para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos, liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente. k) **Contingências:** Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição de provisão para contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. l) **Lucro líquido por ação:** É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Disponibilidades - Caixa	188	134
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	35.776	30.601
Total	35.964	30.735

(1) Referem-se a operações pré-fixadas cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias com remuneração que varia entre 9% e 14%, com risco insignificante de mudança de valor. **Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:**

	2º Semestre 2014	2014	2013
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	2.042	3.766	1.884
Total	2.042	3.766	1.884

5. Operações de arrendamento mercantil: A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos. a) **Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:**

	2014				
Nível de Risco	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total
AA	-	559	424	216	1.199
A	345	63	254	389	1.051
B	225	471	127	344	1.167
C	-	1.117	458	100	1.675
D	21	-	-	663	684
E	-	-	-	12	12
F	-	-	-	17	17
G	-	-	39	-	39
H	-	-	33	64	97
Total	591	2.210	1.335	1.805	5.941

2013

Nível de Risco	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total
AA	414	1.070	535	853	2.558
A	355	483	547	1.609	2.994
B	316	630	404	466	1.816
C	-	34	599	1.552	2.185
D	33	-	-	77	110
E	8	-	-	12	20
F	-	-	-	10	10
G	-	-	-	130	130
H	-	-	-	130	130
Total	1.126	2.504	2.951	6.420	13.001

6. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

Parcelas em curso normal:

	2014	2013
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	1.128	2.902
De 91 até 360 dias	2.247	5.683
Acima de 360 dias	2.482	4.286
Subtotal	5.857	12.871

Parcelas vencidas:

	2014	2013
De 15 a 180 dias	44	69
De 180 a 360 dias	40	61
Subtotal	84	130
Total	5.941	13.001

7. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Saldo em 31/12/2012	755	-
Constituições	286	-
Reversões	(334)	-
Baixas	(215)	-
Saldo em 31/12/2013	492	-
Saldo em 31/12/2013	492	-
Constituições	134	-
Reversões	(53)	-
Baixas	(53)	-
Saldo em 31/12/2014	468	-
Saldo em 30/06/2014	468	-
Constituições	47	-
Reversões	(243)	-
Baixas	-	-
Saldo em 31/12/2014	272	-

2º Semestre 2014

	2014	2013
Baixas para prejuízo	(53)	(215)
Renegociações	94	413
Recuperações	42	158
Total	16.871	33.723

8. Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o exercício de 2014, no valor de R\$ 18.572 (R\$30.448 em 31 de dezembro de 2013), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 16.610 (R\$ 35.182 em 31 de dezembro de 2013) e gerou, no exercício, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 4.643 (R\$ 7.612 em 31 de dezembro de 2013). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2014	2013
Máquinas e equipamentos	1.475	1.158
Veículos e afins	17.864	51.374
Superveniência de depreciação	16.610	35.182
Subtotal	35.949	87.714
Perdas em arrendamento a amortizar	33	261
Depreciações e amortizações acumuladas	(11.114)	(29.937)
Total	24.868	58.038

7. Depósitos interfinanceiros: Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras ligadas, com vencimento em janeiro/2015, a taxas pré-fixadas que variam entre 9% a 14% ao ano. O valor total de depósitos interfinanceiros em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 300, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2013.

8. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são compostas por depósitos referentes aos pagamentos de comissões às concessionárias e de

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2014	2014	2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.713	37.489	28.440
Operações de arrendamento mercantil	16.671	33.723	26.556
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.042	3.766	1.884
Operações de captações no mercado	(9)	(26)	(11)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.820)	(31.938)	(22.322)
Operações de arrendamento mercantil	(16.007)	(32.079)	(22.359)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	196	167	48
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.893	5.551	6.118
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(694)	(1.557)	(1.636)
Outras despesas administrativas	(725)	(1.264)	(2.039)
Despesas de pessoal	(62)	(124)	(1.392)
Despesas tributárias	(180)	(356)	(442)
Outras receitas operacionais	450	564	2.608
Outras despesas operacionais	(177)	(377)	(371)
PROVISÃO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	2.199	3.994	4.482
SOBRE O LUCRO	345	802	1.720
Resultado de imposto de renda	345	802	1.720
Provisão para contribuição social	(310)	(526)	(346)
Ativo fiscal diferido	(906)	(1.654)	(3.433)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.328	2.616	2.423
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	0,0490	0,0966	0,0895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

são diferidas de acordo com as características dos contratos relacionados a tais pagamentos. Os valores são apropriados, considerando os contratos individualmente, taxas, prazos e liquidações antecipadas. Em atendimento às Resoluções nº 3.954/11 e alterações posteriores, a partir de 01 de janeiro de 2015, as parcelas de remuneração referentes à originção de operações de arrendamento mercantil em curso em 31 de dezembro de 2014, não serão ratificadas por compromissos possessivos, a partir desta data, probabilidade de perda remota. Desta forma, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionadas na data de 31 de dezembro de 2014 e 2013. b) **Contingências civis:** São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à revisão contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizações são provisionadas de acordo com a avaliação de exito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas pelo Poder Judiciário e o entendimento do Poder Judiciário local, das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão. c) **Contingências passivas e obrigações legais:** Provisão para passivos contingentes:

	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2012	(35)	(2.502)	(2.537)
(-) Constituições	(3)	(40)	(43)
Reversões	-	2.252	2.252
Saldo em 31/12/2013	(38)	(290)	(328)
Saldo em 31/12/2013	(119)	(290)	(409)
(-) Constituições	(1)	(2)	(3)
Reversões	35	-	35
Saldo em 31/12/2014	(114)	(312)	(426)

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados. d) **Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:**

	2014		2013	
	Quantidade de processos	Montante R\$	Quantidade de processos	Montante R\$
Cíveis	7	865	8	157
Fiscais	9	317	11	788
Total	16	1.182	19	945

As causas civis classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à revisão contratual, ou de natureza declaratória, onde não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão de divergência jurisprudencial ou em caso de haver conjunto fático benéfico na ação judicial, que possibilite um resultado favorável mesmo em caso de precedentes contrários. As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório, revisional de cláusulas referentes às operações de CDC ou de natureza declaratória onde a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, de mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos.

13. Partes relacionadas: As operações da Sociedade são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é a BMW Espanha Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto). a) **Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2014	2013
Saldo em 31/12/2012	Acumulado	Acumulado
Imposto Contribuição de Renda	3.994	3.994
Social de Renda	4.482	4.482
Total	8.476	8.476
Adições permanentes:	29	25
Adições temporárias:	-	-
Resultado de exercício futuros (Superveniência/Insuficiência de depreciação)	-	-
Contingências civis e fiscais	206	206
Provisões operacionais	24	24
Exclusões permanentes:	(569)	(569)
Exclusões temporárias:	(569)	(36)
Resultado de exercício futuros (3)	(3)	-
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa (167)	(167)	(48)
Reversão de contingências civis e fiscais	-	(2.200)
Reversão de provisões operacionais	-	(113)
Base de cálculo	2.206	3.510
Compensação de prejuízo fiscal (6.626)	-	(9.844)
Base de cálculo após compensação	15.460	3.510
Alíquota (IR 15% e CS 15%) (2.319)	(526)	(3.445)
Adicional (IR 10%) (1.522)	-	(2.273)
IR - Exercícios anteriores	-	(174)
Ativo fiscal diferido (1.655)	1	(3.068)
Reversão da provisão (4.643)	-	7.612
Efeito do IR e CS no resultado	(653)	(525)
Saldo em 31/12/2013	(853)	(1.348)

b) **Movimentação do ativo fiscal diferido:**

	2014	2013
Resultado de exercícios futuros	5	4
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	197	33
Outras (contingências e provisões operacionais)	97	101
Prejuízo fiscal	15.025	-
Total	15.324	138
Saldo em 30/06/2014	138	